



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2018

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 9 horas e 45 minutos.

PRESENCAS: Manuel de Sousa e Silva (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), António José Correia Ferreira Alves, em substituição de Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues, em substituição de Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Vasco Manuel Simões Reis, em substituição de Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Vogal da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Sede social da ADAFA – Associação dos Amigos de Figueiredo de Alva.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período de Intervenção do Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia:
 - 2.1 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos;
 - 2.2 - Outros assuntos.
3. Assuntos da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Análise da Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
 - 3.2 - Designação de Representante para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul;
 - 3.3 - Discussão e aprovação da alteração do Artigo 53º do Regimento da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul;
 - 3.4 - Relatório do Fiscal Único da Termalístur sobre a Informação Financeira do 1.º Semestre de 2018;
 - 3.5 - Eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de entre eles, para integrar o Conselho do Orçamento Participativo;
 - 3.6 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Orçamento Participativo - Nomeação de Coordenador da Equipa Técnica Multidisciplinar”;
 - 3.7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Fiscalização e Taxas (RMUEFT) - Aprovação definitiva após Inquérito Público”;
 - 3.8 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Celebração de Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária de São Pedro do Sul”;
 - 3.9 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “2ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2018”;
 - 3.10 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Linha BEI Autarquias - Portugal 2020 – Proposta de Pedido de Financiamento para a Operação «Parque Urbano do Nogueiral»”;
 - 3.11 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Linha BEI Autarquias - Portugal 2020 – Proposta de Pedido de Financiamento para a Operação «Parque Empresarial de S. Pedro do Sul»”;
 - 3.12 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências relacionadas com Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros”;
 - 3.13 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2019”;
 - 3.14 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Permuta / Desafetação do Domínio Público Municipal, de terreno nas Termas de São Pedro do Sul”;
 - 3.15 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018”;
 - 3.16 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Candidatura ADRIMAG ao projeto «Renovação das Aldeias – Requalificação das Aldeias de Covas do Monte e Pena - Declaração de Interesse Coletivo, com Objetivo de Utilização Pública»”.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de maio a julho de 2018;
- “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de maio a agosto de 2018;
- “Associação”, referente aos meses de maio e agosto de 2018;
- “Jornal do STAL”, referente ao mês de junho de 2018;
- “Revista das Assembleias Municipais”, referente aos meses de abril a junho de 2018.

Mails:

- Da Fundação INATEL, datado de 29/05/2018, a remeter convite para o “XX Encontro Luso-Brasileiro 2018”;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 30/05/2018, a remeter pergunta dirigida ao Ministério da Saúde sobre a falta de profissionais de saúde no Centro Hospitalar Tondela-Viseu;
- Da Assembleia Municipal de Mogadouro, datado de 30/05/2018, a remeter certidão de deliberação extraída da ata da sessão realizada no dia 27/04/2018, sobre a distribuição de fundos comunitários;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 07/06/2018, a remeter link da TSF onde se poderão ouvir propostas e mensagens do seu presidente que esteve em direto no dia 04 de junho;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 15/06/2018, a remeter inquérito, para preenchimento, sobre o funcionamento das Assembleias Municipais e a observância do Estatuto do Direito da Oposição;
- Da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, datado de 21/06/2018, a informar estarem abertas as candidaturas ao Programa “Europa para os Cidadãos” 2018;
- Da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, datado de 05/07/2018, a remeter voto de protesto exarado na ata em sessão do dia 23/06/2018, relativo ao incêndio florestal de outubro de 2017;
- Da Assembleia Municipal de Montemor o Velho, datado de 06/07/2018, a remeter moção aprovada em sessão do dia 29/06/2018, relativa ao encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos na freguesia de Arazede;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 17/07/2018, a remeter vários Projetos de Lei para discussão em plenário no dia 18 de julho;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 19/07/2018, a remeter resposta do Ministério da Saúde à pergunta sobre a falta de profissionais de saúde no Centro Hospitalar Tondela-Viseu;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 19/07/2018, a remeter resposta do Ministério do Ambiente à pergunta sobre efluentes da freguesia de Satão lançados para o domínio hídrico sem tratamento;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 24/07/2018, a remeter Projeto de Lei n.º 961/XIII/3.^a que determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 24/07/2018, a remeter Projeto de Resolução n.º 1773/XIII/3.^a sobre a necessidade de recuperar a profissão de guarda-rios, na preservação e fiscalização dos recursos hídricos;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 02/08/2018, a remeter convite à participação na discussão pública do projeto de lei de bases da habitação;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 02/08/2018, a remeter mapa, para preenchimento, relativo à situação dos seus associados/aderentes;
- Da AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, datado de 04/09/2018, a remeter programa para participação na conferência “Os Municípios e o Futuro da Energia em Baixa Tensão (BT) – 4 Soluções”, a realizar no dia 14 de setembro;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 14/09/2018, a remeter declaração pública sobre o processo de descentralização que o Governo da República tem em curso, aprovada em reunião do dia 11 de setembro;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 18/09/2018, a remeter Projeto de Resolução n.º 1794/XIII/3.ª sobre a necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública.

Ofícios:

- Da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, datado de 28/05/2018, a remeter convite para participação nas comemorações em honra do seu padroeiro;
- Da Assembleia Municipal de Fafe, datado de 24/05/2018, a remeter moção sobre a Regionalização;
- Da Assembleia Municipal de Viseu, datado de 24/05/2018, a remeter moção sobre “Portugal 2020 e a sua Reprogramação”;
- Da Avicasal – Sociedade Avícola, S.A., datado de 06/08/2018, a remeter o 5º Relatório de Sustentabilidade relativo a 2016;
- Da Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M.S.A., datado de 06/08/2018, a dar conhecimento da análise orçamental do 2º trimestre de 2018;
- Da FENPROF, sobre a Lei 50/2018 (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais);
- Do Ministério da Administração Interna, datado de 30/08/2018, sobre a Lei 50/2018 (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais);
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 24/09/2018, a remeter o Relatório de Auditoria sobre a informação relativa à situação Económica e Financeira do Município de São Pedro do Sul respeitante ao 1.º semestre de 2018.

Faltas:

- Do Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira de Figueiredo, à sessão do dia 01/06/2018;
- Da Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva, à sessão do dia 01/06/2018;
- Do Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, à sessão do dia 01/06/2018;
- Do Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte, à sessão do dia 28/06/2018;
- Do Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, à sessão do dia 28/06/2018;
- Da Deputada Municipal Lina Pereira de Figueiredo Roque, à sessão do dia 28/06/2018;
- Do Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, à sessão do dia 28/06/2018;
- Do Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, à sessão do dia 28/06/2018;
- Do Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira de Figueiredo, à sessão do dia 28/09/2018;
- Do Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha, à sessão do dia 28/09/2018.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Verificada a existência de quórum, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a presente sessão, começando por dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva Vítor Manuel Oliveira Loureiro (PS), o qual deu as boas-vindas a todos os presentes, manifestando a sua satisfação pela realização da presente sessão na sua freguesia. De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

Manuel de Oliveira: Referiu que há vinte anos, construiu uma vivenda no Gramol mas que, até hoje, a sua rua ainda não foi alcatroada, solicitando ao executivo que não deixe ninguém para trás. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta disse que a obra estava prevista no Plano de Atividades do próximo ano, pelo que a rua iria ser alcatroada para o ano que vem.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:-----

Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Fez a seguinte intervenção: “Tive conhecimento que Câmara Municipal tinha, à última da hora, resolvido avançar com a CAF (Componente de Apoio à Família) para o 1º ciclo. Acho muito bem porque é uma resposta que os sampedrenses precisam, uma resposta social que as famílias precisam, agora nunca acreditei nas soluções e nos projetos feitos em cima do joelho, e eu espero que a Srª Vereadora esteja o mais atenta possível e que potencialize os excelentes técnicos que a Câmara tem em diversificadas áreas, nomeadamente na área do desporto e na área da educação, e elabore um programa que ajude as crianças a evoluir, a crescer harmoniosamente e que não funcione como depositário. A escola não é um depósito de crianças, a escola é um lugar de formação de cidadãos que sejam equilibrados e não podemos deixar que as famílias, às vezes no calor das suas aflições do quotidiano, digam que a escola tem que funcionar das sete e meia até às oito e meia e os indefesos, aqueles para a qual a escola foi criada, acabam por ser penalizados. A escola não deve ser uma prisão, as crianças estão lá para aprender. Os vossos filhos vão chegar a médicos, a engenheiros, têm um percurso muito longo a fazer, não é no primeiro ano da escola, é um percurso ao longo de doze anos. Não vamos sacrificar as crianças, vamos sim, com a nossa inteligência e com a nossa maturidade, criar programas que criem a escola interessante. A CAF não pode ser mais uma tortura para as crianças, a CAF tem que ser um entretenimento, as crianças precisam brincar. Lamentavelmente, no Centro Escolar no qual eu sou professor, aquilo é uma anarquia total, há gente a mais a mandar e a culpa é do executivo, o executivo tem de perceber que a função da Câmara Municipal é disponibilizar as condições físicas e os recursos humanos e quem deve gerir isso é quem está nas escolas, é o coordenador do estabelecimento, é o diretor do agrupamento. As políticas idealizadas têm de ser articuladas com o executivo, não é eu chegar à escola, pego no meu grupo de crianças, vou para o auditório e, passado um bocado, já estavam mais crianças, elas têm de ir ou para a biblioteca ou para o auditório. Quando eu chego à biblioteca as crianças estão nos computadores a jogar jogos sem interesse, que não são pedagógicos, os computadores da biblioteca servem para desenvolver a literacia digital, no seu mais abrangente sentido, não é para jogar. Retirem os jogos eletrónicos das crianças, estimulem as crianças a brincar, a socializarem-se. Por favor Senhora Vereadora, articule com os coordenadores das bibliotecas que são pessoas formadas, têm formações específicas para ajudar.” Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Louvou a Câmara Municipal pelos

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espetáculos musicais com que presenteou o público em geral e, principalmente, os aquistas, nos passados dias 7 e 8 do corrente mês, nas Termas, referindo terem sido um banho de cultura de alta qualidade, tendo sido um privilégio assistir aos concertos proporcionados pelas Orquestras Sinfónica e Barroca da Casa da Música do Porto que os presentes jamais esquecerão. Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Interveio dizendo que têm pedido pouco e que aquilo que têm pedido foi prometido à população de São Félix pelo executivo na altura da campanha, não tinha sido prometido pela Junta e, até agora, não têm tido nenhuma resposta, ou seja, todos os ofícios que enviaram à Câmara Municipal, ou não tem resposta, ou a resposta vem negativa. Também referiu que é com muito desagrado que ao ver a atividade desenvolvida no período de 19/05 a 18/09 para São Félix, não constava praticamente nada, apenas duas ou três pequenas coisas, muito pontuais, mas que não via a palavra S. Félix em lado nenhum. Perguntou novamente como é que estava o estado do saneamento, se o projeto foi aprovado, e da estrada de Vila Nova que foi prometida para o ano 2018. Em relação às limpezas, disse o seguinte: “Como todos sabem a limpeza das bermas não é uma responsabilidade da Junta de Freguesia, o nosso orçamento é muito curto e não temos verba, mas nós mandámos limpar a freguesia toda e, dentro dos possíveis, acho que ficou tudo bem limpa. Curiosamente na última semana de limpeza, a Câmara decidiu enviar um trator para limpar a Estrada Municipal 559, que liga São Félix a Sul, que ficou muito mal limpa, e depois escreveram no Facebook que “O Município está a proceder à limpeza das bermas e valetas nas estradas das freguesias de São Félix e Valadares”. Eu acho que isto é de mau tom, porque passou para as pessoas que quem limpou a freguesia toda foi o executivo, quando a única limpeza que fizeram, mal feita, foi apenas numa estrada, tudo o resto foi feito por nós. Nós enviámos um ofício a perguntar se queriam transferir uma verba para a junta, para conseguirmos pagar essas limpezas, e também aguardo resposta a esse ofício. Depois, queria pedir aqui um esclarecimento, também já o fizemos por escrito e também não tivemos resposta, em relação ao fecho do Jardim Infantil na freguesia de São Félix. Eu percebo que essas decisões tenham que ser tomadas, mas a nós não nos foi comunicado nada, soubemos porque houve pessoas que nos disseram que o Jardim Infantil tinha fechado. Acho muito mau existir esta falta de comunicação da vossa parte.” Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Questionou o Vereador da Juventude do motivo de não estar ativo o Conselho Municipal da Juventude, que estão a infringir a lei e os próprios regulamentos, que previam que este ano houvesse quatro reuniões e ainda não houve nenhuma e que no próximo ano vão ter que se aprovar as contas e os relatórios de atividades e convinha haver reuniões este ano para o fazer. Perguntou também ao executivo, com base no investimento de milhões de euros que tem sido feito nos últimos anos para captar investimento, em quantos empregos é que se traduziram, se são ou não especializados, e porque é que a Câmara Municipal não usa também os canais digitais para falar dos empregos que promove, para uma melhor transparência. Deputado Municipal David Homem Andrade Marques da Costa (PS): Fez a seguinte intervenção: “Em 2016 fiquei a gerir uma casa nas Termas de São Pedro do Sul, um negócio de família relacionado com hotelaria e restauração. Antes de 2016 trabalhava com questões relacionadas com o desenvolvimento regional, mais concretamente com recursos territoriais, como desenvolver e potenciar recursos podendo criar efeitos multiplicadores para as regiões, nomeadamente em regiões como a nossa, com uma intensidade muito forte de abandono rural. E então achei por bem, estando aqui numa região com termas, com um potencial enorme, introduzir aquilo que me pareceu correto, que era



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lógico: os produtos da terra nas ementas que eu estava a desenvolver, não só pelo valor acrescentado que têm, mas também para conseguir entregar esse valor aos clientes e eles perceberem que o bem-estar é uma questão holística, não são apenas os tratamentos termais, e aqui encontrei uma lacuna muito grande: ou me concentrava a ir bater à porta dos agricultores, ou me concentrava a gerir o negócio. Depois, havia outra questão: já existia uma dinâmica municipal criada com base no mercado tradicional, nas feiras, nas festas, mas não havia, também da minha parte, a capacidade de, por exemplo, chegar lá e dizer “Quero duzentos quilos de feijão”. E situações como esta fizeram-me pensar, porque não, criar uma plataforma que conseguisse coser questões como a procura e a oferta e dinamizar assim a perspetiva económica e desenvolvimento dos territórios, existindo já um trabalho muito bem feito pelo Município na proximidade com os agricultores, pequenos produtores e conseguir potenciar, dinamizar esta questão. A procura é imensa, nós estamos numa região que tem muitos hotéis, muitos restaurantes, que tem uma taxa de atracção positiva e agradável e não nos podemos escapar daquilo que achamos os desafios da sociedade, as pessoas vão ter que cuidar da saúde delas, e cuidar da saúde delas não é com produtos adulterados. É por isso que o Biológico começa hoje a aparecer, não por uma questão de estar na moda, é porque faz sentido. Eu acho que são estas dinâmicas que tem que entrar na nossa região e não podemos ter medo de as assumir, não podemos ter medo de ir ao restaurante e dizer que vendemos produtos da terra e porque é que os vendemos, o valor acrescentado é muito grande, a pegada ecológica no transporte é muito menor, todas estas camadas têm que começar a entrar na nossa perspetiva e na nossa consciência.”. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Fez duas apresentações com meios audiovisuais sobre a criação de um Ecomuseu de Etnobotânica em Manhouce e sobre o controlo da população de animais errantes no concelho de São Pedro do Sul, apresentando proposta com o seguinte teor: “Proposta de criação de um Ecomuseu de Etnobotânica em Manhouce - 1.º diapositivo: “O domínio dos conhecimentos e as práticas relacionadas com a natureza e o universo compreende elementos numerosos como conhecimentos ecológicos tradicionais, os saberes autóctones, etnobiologia, etnobotânica, etnozootologia, farmacopias e medicinas tradicionais, rituais, tradições gastronómicas, crenças, ciências esóticas, ritos iniciáticos, adivinhações, cosmologias, cosmogonias, xamanismo, ritos de possessão, organizações sociais, festividades, ou ainda artes visuais e do espetáculo”. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003)* 2.º diapositivo: O que é a etnobotânica? A disciplina que estuda o papel das plantas na vida de um povo. - Promove o registo do património biológico e do património cultural; - Compila informação sobre as plantas e os seus usos; - regista uma ampla gama de conhecimentos tradicionais e de cultura local, acumulados durante séculos relacionados com a natureza. 3.º diapositivo: O que é necessário? - Definir a área de estudo; - A recolha e sistematização da informação etnobotânica (Alimentação humana, Alimentação animal, Medicinal, veterinária, tecnologia industrial e artesanal, manejo agrosilvopastoril, ornamental, folclore, e outros usos); - Compilação da informação; - Montagem da exposição no Ecomuseu de Etnobotânica. 4.º diapositivo: O que se pretende: - Transmitir um conjunto de saberes, culturas e práticas tradicionais; - Realizar e expor um inventário etnobotânico; - Divulgar os usos e costumes da nossa terra. 5.º diapositivo: Porquê Manhouce: - Manhouce sempre teve uma atividade muito centrada na terra, uma economia de autossustentabilidade e com fortes traços comunitários; - Os cantares de Manhouce são um dos fortes traços culturais da etnografia da nossa terra; - A



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

riqueza cultural mantém-se até aos dias de hoje, e é uma das características distintivas de Manhouce.” Posta a proposta apresentada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Sobre o controlo de população de animais errantes no concelho de São Pedro do Sul, referiu o seguinte: “Em termos de enquadramento legislativo, a esterilização só pode ser feita em instalações adequadas de um Centro de Recolha Oficial ou num centro de atendimento médico autorizado para o efeito. Saiu um despacho no dia 3 de abril (n.º 3283/2018) que aprova o apoio financeiro proveniente da dotação de receitas do orçamento de funcionamento da Direção-geral da Alimentação e Veterinária, para promover uma campanha de apoio à esterilização de cães e gatos. Atendendo a que o abate de animais errantes é proibido desde o dia 23 de setembro do corrente ano, que medidas foram tomadas nos últimos dois anos para requalificar o Centro de Recolha Oficial (canil) do Município de São Pedro do Sul? O Município de São Pedro do Sul candidatou-se ao apoio financeiro para a campanha de esterilização? Foi contemplado? Que medidas adicionais ou campanhas de adoção foram tomadas para o cumprimento do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 27/2016? Ou seja, que trabalhos estão a ser feitos para conseguirmos que os animais que são recolhidos são tratados? Vão ser adotados? Temos campanhas especiais? Estamos a fazer algum trabalho nesse sentido?” Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Disse o seguinte: “Tenho sido abordado várias vezes relativamente às condições do recreio do Pólo Pedagógico de Carvalhais, e dessa abordagem já resultou uma reunião na Câmara Municipal com a Drª Teresa Sobrinho onde estive presente. O recreio não tem uma área adequada à capacidade do Pólo, não tem assombamento e não tem condições para as crianças brincarem quando o tempo está chuvoso, daí foi pedido à Câmara Municipal uma cobertura do ringue polidesportivo e um acesso coberto até ao alpendre do Pólo, na zona antiga da escola. Queria saber se a obra está contemplada para breve, se vai estar prevista no próximo orçamento. Relativamente à limpeza das freguesias, embora a competência seja da Câmara, em grande parte das freguesias são as Juntas de Freguesia que estão a fazer esse serviço e a acartar com os encargos que isso pressupõe, daí ficarem muitos outros trabalhos reclamados pela população, da competência da Junta de Freguesia, por não haver capacidade financeira. Nós não temos dinheiro para chegar a tudo e as Juntas de Freguesia também têm de gastar o pouco que têm, mas se trabalharmos em parceria e desenvolvermos protocolos nesse sentido, se calhar conseguimos fazer o trabalho que a população precisa, além das limpezas.” Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Relativamente à limpeza das freguesias, referiu o seguinte: “Nós estamos no nosso limite financeiro, no nosso limite físico, nós gastamos 70% do orçamento da Junta de Freguesia para fazer a limpeza na freguesia, tivemos até de comprar uma máquina de limpeza para um trator e fizemos aluguer de tratores. Isto é inaceitável, temos que urgentemente tentar fazer um protocolo ou então acordarem com alguém para fazerem uma manutenção da freguesia, que isto está a ser insustentável.” Relativamente ao passeio sénior, é de opinião de que deveria haver apenas um passeio, que se deveria pensar também nas crianças das escolas e que, embora essa iniciativa tenha sido criada pela Câmara Municipal, a maior parte do trabalho é feito pelas Juntas de Freguesia, pois são eles que angariam as pessoas e recebem o dinheiro, pelo que deveria constar no respetivo cartaz a realização da iniciativa em parceria com as Juntas de Freguesia. Por fim referiu que o que recebem para a realização de atividade no âmbito do evento “Catorze Freguesias, Catorze Experiências” é muito pouco, que cem euros é manifestamente insustentável pois estão com algumas dificuldades financeiras, até porque estão a suportar uma

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividade que é da Câmara Municipal. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): A propósito dos produtos endógenos, disse o seguinte: “O setor primário em São Pedro do Sul, queiramos ou não, está nas mãos ainda das pessoas mais idosas, que ainda são a sustentabilidade do mundo rural do nosso concelho e, queiramos ou não, nós somos um concelho rural, com exceção das Termas, com exceção das festas e festarolas e, como rural que é e como o deputado David Almeida o referiu, temos que prever o futuro, prever o melhor para São Pedro do Sul e, curiosamente, ele falou numa plataforma e referiu que o executivo estará na posse de dados que pode fornecer à população e, em termos estatísticos, dizer quanto é que se produziu de vinho em São Pedro do Sul, por exemplo. Através da plataforma certamente vai ser fácil fazer isso, vai ser fácil saber qual é o efetivo pecuário e através da plataforma e dos dados das organizações associativas e corporativas é perfeitamente possível sabermos, durante aquela grande festarola que foi o “Feijão.com”, depois destas cinco edições, saber exatamente qual foi o quantitativo ou as toneladas de feijões que foram vendidas naquele evento. As festas são muito bonitas mas também têm o seu quê de importante, se nós promovemos, e muito bem, uma festa, também temos que saber o que é que foi promovido, o que é que foi vendido, porque quando se fala em produzir nós queremos saber o que é que produzimos, quando e como produzimos.” Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Usou da palavra para dizer o seguinte: “Todos nós estamos lembrados que este ano está a ser um ano extraordinariamente atípico em termos climatéricos, a primavera foi chuvosa como não há memória, mesmo os registos oficiais não têm os valores de precipitação que aconteceram nesta primavera, toda a primavera foi excecionalmente chuvosa e relativamente fria, o que quer dizer que se criaram condições ótimas para que a massa herbácea, o coberto florestal tivesse desenvolvimentos nunca antes verificados, quer ao nível biológico, quer depois ao nível de efeitos em termos de combustíveis e isto acontece na floresta, acontece nos passeios e acontece nas bermas das ruas e estradas. Eu já fui confrontado sobre por que não se usam soluções químicas alternativas ao trabalho humano, como é o caso dos herbicidas. Só que há uma marca que anda no mercado, que é o herbicida mais comum e que é usado em profusão e sem as mínimas cautelas de segurança e de manipulação, que tem um componente terrível para a saúde que é o glifosato, que neste momento está na crista da onda. Nós às vezes usamos esses produtos pensando que estamos a trabalhar bem, poupando algum trabalho, mas estamos a dar cabo da nossa saúde, este produto é terrivelmente maléfico para a saúde, porque é causador de várias tipologias de cancro, e o Município de São Pedro do Sul é dos poucos que não usa herbicidas nas limpezas dos passeios, seria muito fácil aos trabalhadores da Câmara pegarem num pulverizador e espalharem este produto nos passeios para eliminar as ervas daninhas, seja nos passeios, seja nas bermas, só que é muito preferível ir cortando e assim evita-se que esse produto seja depois levado pela chuva para os terrenos e que esses produtos sejam depois contaminantes dos produtos que depois nós vamos consumir. Há quem use esse produto nas videiras para evitar os cadabulhos, só que ele depois vai passar para o vinho, vai passar para as bebidas, nós vamos ingerir a bebida com esse produto e depois o efeito secundário virá mais tarde, a fatura pagar-se-á mais tarde. Eu acho que esta é uma preocupação que deve existir e preocupar o executivo, porque usar químicos é errado e o melhor será cortar e, se possível, não tendo a Câmara recursos humanos para responder a todas as solicitações, que encontre uma solução alternativa e, se possível, até com delegação nas Juntas de Freguesia para agilizar as soluções. A saúde pública está em primeiro lugar. Apraz-nos registar que São Pedro do Sul também seja um concelho onde a agricultura biológica esteja

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

profundamente enraizada e eu acho que deve continuar-se assim e poderemos acenar sempre a bandeira de um “ecoconcelho”. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Agradeceu pelo trabalho interfreguesias com os Presidentes das Juntas de Santa Cruz da Trapa e de São Cristóvão de Lafões e de Serrazes, em que foi aprovado uma ZIF (Zona de Intervenção Florestal) denominada Gravia-Varoso, pelo que vão fazer um trabalho conjunto com os técnicos da ADRL em prol da floresta. Sobre a vespa asiática, quis saber qual o motivo de, atualmente, o trabalho no controle dos ninhos estar parado, pois tem que haver outras formas de combate além do uso do fogo na época crítica dos incêndios. Relativamente à doença dos castanheiros, disse que houve ações de sensibilização mas tem que haver uma estratégia de investimento, embora não haja dinheiros por parte da Câmara Municipal, em conjunto e com os esforços de todos podem fazer alguma coisa. Sobre a venda das escolas, disse que na sua freguesia já se venderam a escola primária do Covelo, a escola da Pedreira e agora a escola do 1º ciclo e jardim-de-infância de Valadares, e desde que este último fechou, comunicaram a intenção de encontrar uma solução para aquele espaço que está totalmente ao abandono, mas que até à presente data não lhes foi cedido, questionando o executivo sobre o que é que vai ser feito em relação à escola de Valadares. Referiu também que na sua freguesia nada foi feito em relação à defesa da floresta contra incêndios, exceto uma ação de sensibilização feita em todas as freguesias onde o executivo esteve presente, entende que não chegaria a toda a população e que deveriam fazer uma sensibilização de rua, pelo que solicitou apoio à Câmara Municipal não lhe tendo sido enviado nenhum técnico para o efeito. Perguntou porque é que numas ações está presente a GNR, noutras estão técnicos da Câmara, sendo sua opinião que deveria ser estruturado com os bombeiros e a proteção civil. Disse ainda que também aderiram à “aldeia segura”, mas que também, até à presente data, ainda não tinham recebido qualquer informação, se vão ou não ter placas e se vão ter alguma ação. Disse também que em abril ocorreu a XVII Feira da Laranja, tendo estado presente na inauguração a Vereadora Dr.ª Teresa Sobrinho, assim como o Vereador Dr. Daniel Martins, o Presidente da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Oliveira de Frades, Sejães e Souto de Lafões e ele próprio, mas que no Boletim Municipal referente ao 1º semestre deste ano não aparece esse evento, perguntando se houve algum motivo para que isso tenha acontecido, ou se houve alguma falha. Por fim, referiu o seguinte: “O Sr. Presidente da Câmara Municipal esteve em julho na freguesia de Valadares com meios da Câmara Municipal, com técnicos da Câmara Municipal, mas não convidou o Senhor Presidente da Junta (também não precisa de convidar), só convidou o candidato do PS para andar com ele na freguesia de Valadares (também pode fazer campanha, podem já os dois assumir em 2021, um à Câmara, o outro à Junta de Freguesia de Valadares), mas não usem meios da Câmara Municipal porque a democracia e o respeito é muito interessante. Por isso, eu hoje trago aqui as chaves da Junta de Freguesia, de várias instalações, e posso pegar nelas e entregá-las ao Sr. Presidente, mas como eu respeito a democracia e respeito as minhas convicções, vou levar as chaves, este é o meu último mandato e vou estar até ao fim a trabalhar, a defender os interesses da freguesia de Valadares. Quando o Sr. Presidente da Câmara quiser ir à freguesia de Valadares, vá à vontade, se quiser convida-me ou não, mas nas funções de Presidente da Câmara, não leve candidatos do PS para estar com as pessoas para isso, quando quiser ir lá com eles, usa o seu veículo pessoal ou do partido, não use meios do Município para fazer campanha. Agradeço que respeitem a democracia e respeitem os Valadarenses e Sampedrenses.” Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce Carlos Manuel

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Duarte Laranjeira (PS): Disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Valadares se esqueceu de referir o Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, quando agradeceu o trabalho interfreguesias na criação da ZIF (Zona de Intervenção Florestal) denominada Gravia-Varoso, uma vez que também lhe pediu apoio para reforço e esteve presente para fornecer os documentos pedidos. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às intervenções anteriores, disse o seguinte: “Em relação ao que disse o Sr. Deputado Municipal Rogério Duarte, a gestão da escola é da Câmara Municipal e a gestão da escola do segundo ciclo e do terceiro ciclo também vai passar para a alçada da Câmara Municipal e a Câmara Municipal não vai abdicar disso, a Câmara Municipal não vai abdicar da gestão dos jardins-de-infância, das escolas do primeiro ciclo e, para o futuro, do segundo e terceiro ciclo. Quanto à anarquia total da escola, eu não vejo anarquia total nenhuma, aliás, não me chegou uma única reclamação dos pais a dizer que havia anarquia na escola. O Sr. Presidente da Junta de São Félix diz que há obras que foram prometidas em campanha e que ainda não estão feitas e é verdade, só passou um ano depois das eleições, temos mais três, e posso-lhe dizer que a Freguesia de São Félix foi das freguesias beneficiadas connosco e eu tenho de tentar equilibrar todas as freguesias para que fiquem, mais ou menos, no mesmo pé de igualdade. Quero lembrar-lhe o alcatroamento das estradas de Povos do Alto, o alcatroamento da estrada que vai de Nespereira Alta que grande parte passa em São Félix, o alcatroamento da estrada de Sacados. O Senhor tem as estradas da sua freguesia, quase todas alcatroadas e existem muitas freguesias, nomeadamente aqui em Figueiredo de Alva, que têm situações muito piores que São Félix. Fizemos projetos para saneamento, que não havia, pedimos a sua colaboração para ajudar a adquirir um terreno e até hoje, o senhor já arranjou terreno para se comprar? Existem aqui muitos Presidentes de Junta de outras freguesias que já ajudaram a comprar terrenos para desbloquear a situação grave que temos em todas as freguesias e a sua freguesia ainda não arranjou o terreno para fazermos o saneamento e no entanto o projeto está aprovado até um determinado sítio. Não basta chegar aqui e atirar as culpas todas para os outros. Provavelmente segunda ou terça-feira irei dizer aos funcionários do Município que trabalham a página do Município para falarem no muro do Casal de São Félix que foi feito e que ainda não constava lá. No que diz respeito às limpezas, todos os Senhores Presidentes de Junta têm razão, agora há uma questão de prioridades. Na política tem que se fazer opções, a política é feita de opções, nós temos que ver aquilo que é mais urgente e mais necessário e nós temos aqui coisas muito urgentes, como por exemplo a população de Figueiredo de Alva que, em pleno no século XXI, ainda não tem água ao domicílio, não tem saneamento e estas questões têm que ser resolvidas e isto custa muito dinheiro. O caso das limpezas é uma questão real, é preciso fazer limpezas, eu tenho andado por todo o país e existem ervas nas ruas em todo o lado, não é só em São Pedro do Sul. Conforme disse aqui o Senhor Deputado Municipal Ferreira Gomes, efetivamente também existem muitas ervas no nosso concelho, porque nós abdicámos de herbicidas, nós não aplicamos herbicidas, nós queremos que o nosso concelho seja conhecido como um concelho ecológico e estamos a trabalhar nesse sentido. É claro que se nós puséssemos um bocado de herbicida nas ruas todas, pelo menos durante meio ano estava tudo limpo. Muitas ruas do nosso concelho já foram limpas, assim como propriedades, só que as ervas já cresceram, por exemplo a Avenida da Estação em São Pedro do Sul já foi limpa este ano cinco ou seis vezes, e já está cheia de ervas. A política é isto, temos que fazer opções, nós queremos que as nossas populações sejam saudáveis e como sabe os herbicidas são também um dos causadores de doenças cancerígenas. Também disse que pediu

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro para limpar as ruas e não teve resposta, é claro que não ia ter resposta, então o Senhor primeiro limpa as ruas e depois é que vai pedir o dinheiro, se o senhor limpou significa que tinha dinheiro para mandar limpar. E o que a Câmara Municipal publicou é verdade, foi limpa a estrada desde o entroncamento até Sul, certamente não foram publicadas as outras estradas, mas falava em plural, falava em São Félix e em Sul. No que diz respeito à questão do emprego, nós chegámos à Câmara Municipal e não tínhamos um único lote para oferecer a um empresário que se viesse instalar em São Pedro do Sul, e só a partir do momento em que o Parque Industrial estiver em condições é que se pode oferecer emprego, nós temos que criar condições para que quando o Parque Industrial estiver concluído possamos fazer com que os investidores venham para São Pedro do Sul. A questão do emprego não é uma questão só de São Pedro do Sul, é uma questão transversal a todo o interior, há problemas de emprego em São Pedro do Sul, mas nós neste momento estamos a criar condições para que possamos avançar no que diz respeito a emprego. No que diz respeito ao museu, a Junta de Freguesia de Manhouce tem um projeto para o museu de Manhouce, que está mais ou menos adiantado e enquanto entidade promotora desse museu, cabe-lhe a ela decidir. O que nós poderemos fazer e fica aqui já o convite ao Senhor Presidente da Junta de Manhouce é que se se conseguir uma candidatura para que esse museu seja aprovado, posso garantir-lhe que a parte não comparticipada terá certamente o apoio da Câmara Municipal, que foi o que fizemos aqui nesta Associação, foi o que fizemos na Associação do Rancho de Pinho, é o que estamos a fazer com o Quartel de Bombeiros de Santa Cruz da Trapa e muitos outros. A questão da esterilização dos cães é mais uma questão que nos caiu em cima, a nós e a todos dos concelhos a nível nacional, temos as ruas cheias de cães abandonados. A Câmara Municipal fez uma candidatura, neste momento já está na DGAL e estamos à espera que venha a ser aprovada, houve muitas candidaturas a nível nacional, porque os canis são um problema transversal a todos os Municípios, porque se a candidatura não for aprovada teremos que inscrevê-la com uma verba na totalidade para sermos nós a pagar. Relativamente ao Pólo Pedagógico de Carvalhais, a escola foi feita pelo anterior executivo e infelizmente ninguém pensou que essas obras seriam necessárias e agora temos que ser nós, mais uma vez, a compor aquilo que o anterior executivo fez mal mas, em relação à cobertura, já mandei ver orçamentos e iremos tentar englobar no Plano de Atividades do ano que vem para que, se houver dinheiro, venha a ser executado.” No que diz respeito ao passeio sénior, disse ter feito um elogio aos Presidentes de Junta pelo trabalho efetuado, e que é importante fazerem-se dois passeios para que as pessoas possam sair de casa, conviver com outras pessoas e ver outras terras, e que os concelhos de Vouzela e Viseu, que são concelhos do PSD, também fazem passeios e não entende o motivo pelo qual o PSD de São Pedro do Sul é contra os passeios. Sobre as “Catorze Freguesias, Catorze Experiências”, disse que embora o dinheiro não chegue para tudo, a Câmara Municipal leva as pessoas às freguesias todas, coisa que antes não existia, que todas as freguesias podem ter uma atividade para tentar desenvolver o turismo ou até mesmo as associações em cada freguesia. Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Ferreira Gomes, disse o seguinte: “Durante muitos anos, São Pedro do Sul esteve de costas voltadas para o ambiente. Prova disso é não se terem feito investimentos, ou muito pouco investimento em saneamento e em água, nunca se pensou num parque da cidade em condições. Nós agora vamos fazer uma represa de água nas Termas que vai fazer com que possamos ter ali um grande depósito de água para que, caso haja uma grande seca, as pessoas não fiquem sem a água em casa. É um concelho que queremos ecológico, não estamos a aplicar herbicidas e

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos a lançar uma grande campanha em que iremos apoiar os agricultores que queiram produzir de forma biológica. No que diz respeito àquilo que disse o presidente da junta de Valadares, a praça alcatroada no Gramol irá ser certamente uma realidade; sobre a vespa asiática, referiu o seguinte: “Já foram queimados cinquenta e nove ninhos, agora está tudo parado, porque neste período até quinze de outubro não poderemos queimar mais e só iremos atuar novamente a partir dessa data, a não ser numa situação de emergência. Chegámos a aplicar daqueles produtos que são injetados nos ninhos, mas o funcionário foi picado por uma dessas vespas e ficou com o braço completamente infetado e os médicos disseram-lhe que podia ter sido provocado pelo líquido que foi colocado no ninho, pelo que, neste momento, não há nenhuma técnica acertada de como é que se devem eliminar os ninhos. Quanto à praga dos castanheiros, dizem que a solução que há neste momento é colocar outros bichos nos castanheiros para irem comendo os que lá estão, resumindo e concluindo, isto é tudo também uma questão de negócio, o veneno que se injeta no ninho das vespas é negócio, os bichinhos para os castanheiros são negócio e nós temos de ter muito cuidado, porque neste momento não sabemos se realmente aquilo é a melhor solução, teremos de ver como é que vão ser os próximos tempos. O planeamento somos nós que o fazemos, não há qualquer tipo de apoio do Estado e cai sempre tudo em cima das Câmaras Municipais. Sobre a venda da escola de Valadares, primeiro a escola é pertença da Câmara Municipal e o Senhor não tinha autorização para entrar dentro da escola, mas fica desde já autorizado para ir lá limpar sempre que queira. Nós ainda não decidimos o que é que iremos fazer àquela escola, certamente que não será vendida, pois já não temos necessidade de vender aquela e outras escolas, ao contrário de outras que fomos obrigados a vender, porque o executivo anterior aderiu ao PAEL, em que era preciso vender património e, não tendo a Câmara Municipal mais nada que pudesse vender, fomos obrigados a vender escolas. Provavelmente poderemos vir a precisar da escola de Valadares, assim como de muitas outras, para podermos albergar atividades relacionadas com ação social, que é outra das ações que irá passar para a Câmara Municipal.” Sobre nada ter sido feito em relação aos incêndios, disse que, no mínimo, foi feita uma candidatura, que já está aprovada, e que poderá entrar em execução a muito curto prazo, que é a estabilização de emergência, que foi aprovada para a área de Valadares e de Manhouce. Sobre a sensibilização de rua na defesa da floresta contra incêndios, referiu que as ações de sensibilização são coordenadas pela Câmara Municipal, através do Gabinete Técnico Florestal e da Proteção Civil, e não pelos Presidentes de Junta. Quanto ao facto da Feira da Laranja não ter saído no Boletim Municipal, disse que não teve conhecimento e que poderá ter havido lapso. Relativamente ao facto de ter andado a circular em Valadares com a candidata do Partido Socialista, disse o seguinte: “Mal feito fora se eu, para ir a um sítio qualquer, tinha de dizer ao Senhor que andava em Valadares, o Presidente de Câmara, quando quer, pega no carro do Município, ou no seu, e vai com qualquer cidadão, seja candidato ou não, desde que alertado para determinados factos, ver o que se passa. Provavelmente ainda hoje irei a Mosteirinho de Pinho ver uma situação provocada pelas águas da chuva, e é claro que o Presidente gosta sempre de ir ver. Quem é que lhe disse a si que não foi uma situação dessas? Eu tenho muito gosto em andar com Presidentes de Junta, seja de que partido for, desde que as pessoas respeitem, não tenho gosto é de andar com um que me tratou mal quando fui a Valadares, quem me tratou mal não me apanha lá, ou quando combinamos uma coisa e passado cinco ou dez minutos já há outros a saberem aquilo que nós combinámos. Eu irei a Valadares as vezes que entender que são necessárias e irei lá sempre para resolver

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assuntos que digam respeito à população de Valadares.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Usou da palavra para dizer o seguinte: “Relativamente ao que disse o Presidente da Junta de São Félix e no que toca à publicação no Facebook, eu recorro ao seguinte: primeiro, é habitual e já vem de mandatos anteriores que se ande a limpar aquela zona que vai desde o São Macário até o Alvarinho, na altura do São Macário, isso já é quase uma tradição na Câmara Municipal, e daí essa publicação. Mais, eu tenho a ideia de que o seu antecessor, o seu secretário ou tesoureiro, se referiu àquela estrada, que devia ser a Câmara a limpar a parte do Alvarenga, portanto nós estamos a fazer aquilo que pediram. Mais, se a publicação falava no plural está correta e é injusto da sua parte dizer que só andámos naquela estrada, eu tenho a ideia que também andámos em Vila Nova e em Casal de Matos, porque vínhamos do lado de Pinho e em Casal de Matos vínhamos de uma parte que já pertence à Freguesia de São Pedro do Sul, portanto Casal de Matos e Vila Nova também é freguesia de São Félix. Eu acho que todos os Presidentes de Junta têm razão em relação às limpezas, sobretudo porque estão mais próximos das pessoas e são os que “levam mais depressa com as reclamações”. Antigamente, no tempo dos meus avós, quando havia uma erva à porta de casa as pessoas limpavam, hoje a primeira coisa que fazem é tirar uma fotografia e ir para o Facebook colocar essa erva e enquanto tivermos esta cultura de termos uma erva ao pé de nós e nem sequer a cortarmos, não vamos a lado nenhum e não há funcionários da Câmara ou das Juntas de Freguesia que resistam. Também queria dizer às Juntas de Freguesia o seguinte: tem sido nossa política, desde o início, pedir-vos que não gastem dinheiro com outras coisas, tentem gastá-lo com as limpezas; eu percebo que muitas vezes gostem de fazer pequenas obras que as pessoas vos pedem e muitas vezes até fazem obras em caminhos públicos que são da nossa competência e eu gostava de deixar aqui um alerta a todas as Juntas de Freguesia: cuidado com os procedimentos, as Juntas de Freguesia não têm pessoal capacitado para instruir processos dessas pequenas obras e podem vir a ter problemas no futuro; são poucas as que vêm à Câmara Municipal pedir ajuda aos nossos técnicos para instruir os processos dessas pequenas obras que fazem, é preferível andarem nas limpezas, tenham muito cuidado com essas pequenas calçadas e esses pequenos muros, que muitas vezes gostam de fazer para dizer que é a junta de freguesia está a fazer.” Em relação à intervenção do Deputado Municipal Vasco Reis, no que toca à publicitação no Facebook do Município é uma sugestão válida, nós vamos acatá-la, mas nós já o fazemos no *site*. O facilitismo, hoje em dia, leva as pessoas ao Facebook e não aos *sites* institucionais, e esses anúncios têm estado nos sites completamente descritos, mas também não nos custa colocar só a informação elementar dos concursos no Facebook e também o fazemos em parceria com o IEFP, porque há ofertas de emprego IEFP que nós partilhamos no nosso Facebook. No que toca ao emprego, os dados do INE são públicos, ainda recentemente o IEFP saiu a público a dizer que há um decréscimo substancial da taxa de desemprego nos vários concelhos, São Pedro do Sul não é exceção, há vários organismos públicos onde vocês podem constatar os dados da baixa da taxa de desemprego, sobretudo por áreas ou por qualificações. Nós estamos a ter no concelho de São Pedro do Sul graves problemas de falta de pessoas para trabalhar; há pessoas que estão em lista de espera para entrar em lares porque não há pessoas para trabalhar; este ano, em agosto e setembro, na Termalístur, houve um grande crescimento em termos de afluência e tivemos dificuldades em arranjar pessoas para trabalhar, principalmente mulheres; há empresas a pedir motoristas; obras que se têm atrasado porque as empresas de construção civil também não têm gente para trabalhar, têm muitas dificuldades em arranjar pessoas. Obviamente que no pico da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crise emigrou muita gente, obviamente que o IEFP criou situações de formações em que são, de certa forma, remuneradas e as pessoas muitas vezes preferem estar nessas formações do que estar verdadeiramente a trabalhar, mas temos que inverter isso porque há falta de gente para trabalhar. Nós temos o dever, com um parque empresarial e outras situações que estamos a implementar, de atrair os jovens qualificados que saíram e esses é que nós queremos também que regressem. Ultimamente tenho recebido muitos e-mails, mesmo de técnicos superiores da função pública, a querer regressar a São Pedro do Sul, pessoas que têm ligações não só de São Pedro do Sul, mas a concelhos vizinhos que podiam mudar para aqui, a pedir mobilidades, são pessoas que estão a querer regressar, que estão fartos das grandes cidades, porque têm casas de famílias nas aldeias e fica-lhes mais barato e nós temos que acautelar isso. Relativamente à plataforma, é o que disse o Engº Ribeiro, deve servir acima de tudo para nós termos a loja Terras, em que temos dois técnicos que já acompanham os agricultores e têm o levantamento do que é que cada um produz. Nós temos IPSS's a crescer, temos a hotelaria, eles já todos podem comprar mais produtos locais, como o feijão, a batata, etc.. Muitas vezes tem acontecido problemas com a certificação do produto, com a faturação, e se nós fizermos aqui a ponte e com essa tal plataforma podemos ajudar a que eles saibam quem é que tem os produtos, saibam ir junto da hotelaria e restauração e dizer que há aqui estes produtos locais em vez de andarem a comprar nas grandes superfícies, que podem tentar comprar aqui e esses problemas de faturação podem ser ultrapassados por estes técnicos. Eu acho que essa sugestão é boa e que nós devemos acolhê-la." Em relação ao evento "Catorze Freguesias Catorze Experiências", disse que têm corrido muito bem e que, no próximo ano, poderão pensar em aumentar a dotação, referindo que há freguesias em que, de forma voluntária, o rancho folclórico ou as pessoas vão fazendo o lanche e os cem euros chegam, se a Junta de Freguesia de Bordonhos vai para um restaurante o custo já será outro. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Respondendo ao Deputado Municipal Rogério Duarte, disse o seguinte: "Eu gostei do que ouvi até porque sou professora e acho que os professores estão todos de acordo sobre esta questão de que a escola não é um depósito de crianças e sobre aquilo que nos temos debatido nos últimos dias, que é nunca houve CAF nem prolongamento para o 1º ciclo. O que foi acontecendo desde a sua altura e até à nossa é que nós permitíamos que as crianças ficassem, porque sabíamos que havia pais que saíam mais tarde dos seus trabalhos. Também gostei de o ouvir, e partilho dessa opinião, que estas atividades terão de ser diferentes, não basta ter lá as crianças e pô-las numa sala a fazer os trabalhos de casa, ou a olhar para o ar, temos que ter uma resposta de qualidade para os pais que precisam, e isto é um assunto que tem sido estudado por nós desde o início do ano. O Sr. Presidente da Junta de Carvalhais falou numa reunião que tivemos com os encarregados de educação, em que não se falou unicamente do recreio, mas também desta questão do prolongamento para o 1º ciclo e eu na altura comprometi-me que iria abrir esta oferta em 2018/2019. Há muitas variáveis em jogo: primeiro temos a questão de haver esta oferta no privado e a Câmara não vai entrar em concorrência com o privado, e nós já reunimos tanto com a Misericórdia, que é uma das instituições que tem esta oferta, como com a MUT; depois temos a questão de ter que abrir em todas as escolas do nosso concelho, não é só no Centro Escolar de São Pedro do Sul, todos têm direito a usufruir desta oferta. Isto levanta alguns problemas em algumas escolas, porque são escolas pequenas com pouco espaço e nós queríamos de alguma forma que as crianças não ficassem confinadas àquele espaço, desde a manhã até à noite, gostaríamos que elas saíssem daquele espaço e fossem ter esta oferta num outro espaço. São

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estas variáveis todas que nós andamos a trabalhar desde o princípio deste ano. Também temos a questão dos técnicos que vão dar apoio a esta oferta serem feitas com atividades diferenciadas, porque as crianças estão desde as oito e meia da manhã até às cinco e meia da tarde em aprendizagem e estas atividades não são para fazer trabalhos de casa, as crianças têm que brincar, têm que respirar, têm que ter outras atividades, nós temos de ter oferta equilibrada, de qualidade e só para os pais que precisam, que comprovadamente justifiquem que saem dos seus empregos depois das seis da tarde, porque até às cinco e meia a escola está aberta, e para estes alunos ficam a partir das cinco e meia temos algumas opções, ter uma biblioteca aberta. As bibliotecas escolares estão a ser geridas pelos agrupamentos de escolas, o que quer dizer que a professora bibliotecária gere durante o seu tempo letivo as atividades que se fazem na biblioteca, embora algumas tenham lá uma funcionária cedida pela Câmara que vai auxiliar a professora bibliotecária a fazer as atividades. A partir do momento em que a professora bibliotecária sai, cumpriu o seu horário, não podemos fechar a biblioteca, a biblioteca tem de estar ao serviço da comunidade e é isso que nós temos tentado fazer sempre. Falou que aquilo é uma rebaldaria, mas é engraçado, porque nós nunca ultrapassámos a competência do Sr. Coordenador do Centro Escolar de São Pedro do Sul, que é o professor Coutinho, tudo o que fazemos é com conhecimento do professor Coutinho, ele próprio nos diz que nós somos uma grande ajuda no Centro Escolar, porque são muitas crianças, muitos pais, muitas funcionárias, uma pessoa só não consegue dar conta dos recados todos. Relativamente à gestão, como sabe, na lei está consignada que essa gestão cabe às Câmaras Municipais, mas nós nunca exigimos que fosse a cem por cento, aliás, eu sempre tive uma cogestão com os diretores dos agrupamentos em que não manda mais um do que outro, é igualitária, há uma questão de respeito, não tomamos nenhuma decisão de vulto sem nos consultarmos um ou outro e foi isto que foi acordado com o atual diretor, com o Engº Pinheiro. Agora há pequenas questões que irão existir sempre, como os recursos humanos: muitas pessoas com diferentes ideias, diferentes posturas e cabe-nos a nós, enquanto gestores, tentar afinar estas questões e é isso que temos vindo a fazer e acho que as coisas têm corrido bem. Até hoje não tivemos nenhuma queixa sobre a gestão, quer dos professores quer dos pais, sobre procedimentos, eu encaro os agrupamentos de escolas como parceiros, sempre encarei, eu acho é que às vezes vocês nos encaram a nós, Câmara, como inimigo a abater e isso custa-me, porque acho que nós devíamos ser mesmos parceiros, porque há coisas que correm bem, vamos dividir os louros, há coisas que correm mal, vamos dividir também esses pormenores. As AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular), durante um certo número de anos, estiveram e eram da responsabilidade da Câmara Municipal; quando nós assumimos a Câmara entregámos essa responsabilidade aos agrupamentos de escolas e não é fácil, porque já não era com a Câmara encontrar professores que queiram estar a trabalhar só seis, sete, oito horas, porque alguns nem são daqui e os custos inerentes às suas deslocações são elevados. As AEC, que são da responsabilidade do agrupamento de escolas (atenção que eu nunca falei nisto, é a primeira vez que digo isto), têm tido problemas e eu percebo, porque sei que não é fácil a colocação dos professores para poucas horas, tem de haver aqui uma solução diferente por parte da tutela. Quem tem assegurado quando os professores das AEC faltam no Centro Escolar, que é onde mais se verifica porque são mais crianças e mais turmas, são as funcionárias, que usam o auditório, usam a biblioteca, usam o pavilhão gimnodesportivo, tentam fazer atividades com as crianças, porque eu sei que a culpa não é diretamente do agrupamento, tento pôr as funcionárias a acompanhar os miúdos durante as horas em que não há professores

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das AEC e não tinha que o fazer, porque não é da competência das funcionárias, mas eu considero que nós temos todos de trabalhar para o bem-estar da escola e todos é: Câmara, agrupamentos, professores, funcionários, pais, toda a comunidade. Nós estamos atentos, nós tentamos de todas as formas colaborar e eu da minha parte relativamente aos diretores, porque já é o segundo diretor que eu tenho no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul e não tenho razão de queixa sobre o trabalho que desenvolvo com eles.” Relativamente à pergunta posta pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, referiu que o assunto tem vindo a ser trabalhado há já alguns anos, uma vez que o número de alunos que frequentava o jardim-de-infância tem sido muito diminuto nos últimos anos. Disse ainda que: “O anterior Presidente de Junta de São Félix já sabia que, mais ano, menos ano, isto ia acontecer, até porque São Félix fazia parte das escolas para fechar quando abrisse o Centro Escolar de São Pedro do Sul, mas como nós na altura também não estávamos muito a favor, tanto o Sr. Presidente da Junta, como a Câmara, como o Agrupamento de Escolas, tentámos aguentar a situação o maior número de anos possível, que este ano, com um ou dois alunos inscritos, o próprio Ministério da Educação não nos deu hipótese nenhuma. Nós e o Agrupamento de Escolas tivemos uma reunião em Coimbra e disseram-nos que iam fechar, mas oficialmente ainda não recebemos nada do Ministério da Educação e assim que nos enviarem será remetido para o Sr. Presidente de Junta.” Sobre as viagens referiu que a Câmara Municipal comparticipa as viagens a todas as crianças dos Jardins de Infância e do 1º ciclo em cinco euros por aluno, assim como a cedência de apoio para o autocarro sempre que os agrupamentos de escolas solicitam, garantindo que o valor que dão para as viagens dos alunos é muito superior ao que gastam com as viagens sénior. Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Em resposta ao Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis, disse o seguinte: “Efetivamente o Conselho Municipal da Juventude extinguiu-se no final do anterior mandato e está em *stand by* por uma razão: nós temos tido encontros com outras câmaras e existem, a nível do Conselho Nacional da Juventude, umas propostas de alteração legislativa, nomeadamente no que se refere às Associações Juvenis, que é o caso da ADAFA e há muitos Municípios no país que são de opinião, e nós corroboramos um bocadinho dessa opinião, que os Conselhos Municipais da Juventude devem ter resposta por parte da tutela, nomeadamente em relação a algumas situações que têm mais a ver com a proatividade dos jovens e não tanto a nível só de sugestões. Estamos a ver se até ao final do ano conseguimos ter essas respostas para depois avançarmos com o Conselho Municipal da Juventude novamente.” Vereador Francisco José de Matos: Sobre a questão levantada pela Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida, referiu o seguinte: “A Câmara concorreu para a modernização e ampliação do centro de recolha de cães e gatos, o projeto foi aprovado e, como houve uma avalanche de projetos aprovados, o dinheiro disponível não chegou para todos e, nessa situação, não chegando para todos, não é distribuído para nenhum, pelo menos neste orçamento. É óbvio que não concorremos às esterilizações de abril porquanto era ilusório conseguirmos resolver o problema daquela maneira, porque o Estado só pagava uma parte ou seja, quinze mil euros, e a Câmara teria que pagar os restantes quinze mil euros e optou-se por não aderir a esse sistema para não gastar dinheiro e acumular algum para as obras do canil que já estão aprovadas. Nós vamos procurar fazer sistematicamente operações de esterilização para diminuir a população e, em breve, vamos começar pela população do canil, portanto acho que estamos no bom caminho apesar de, em termos oficiais, não termos ainda o apoio financeiro a que vamos ter direito.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Em

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defesa da honra, esclareceu o Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce de que fizeram uma candidatura conjunta entre as freguesias de Serrazes, Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão e Valadares a uma ZIF, e que aquilo que o Presidente da Junta de Manhouce se estava a referir é uma candidatura que a Junta de Freguesia de Valadares fez e pediu uma declaração a diversas entidades no sentido de se fazer uma candidatura ao Turismo de Portugal que tem a ver com valorizar pontes e turismo em Lafões. Em resposta ao Presidente da Câmara Municipal, disse não ter sido ele que chamou a GNR para colocar um cidadão na rua durante uma reunião de Câmara, nem foi ele que controlou o Facebook e insultou o candidato do PSD de Pinho, e que o Presidente da Câmara Municipal sempre criticou o ex-Presidente da Câmara por usar o carro da Câmara e agora vai com a candidata do PS a Valadares ver situações que têm a ver com a população, referindo ter sido ele a resolver uma dessas situações. Por fim e relativamente à escola, perguntou como é que o Presidente da Câmara Municipal pede à fiscalização para multar ou anda a sensibilizar as pessoas, juntamente com a GNR, para procederem à limpeza de mato, quando ela própria não cumpre num edifício seu, solicitando respeito pelo executivo da Junta de Freguesia de Valadares. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse que as pessoas de Valadares merecem todo o respeito, mas que não admite que digam que as obras para o Sobral não iam ser feitas, porque ainda não lhe tinham pago nenhum jantar, nem lhe tinham oferecido nenhum cabrito, referindo que ninguém o pode acusar de corrupção. Sobre a questão de ter chamado a GNR numa reunião de Câmara, disse haver um Regimento das Reuniões de Câmara no qual refere que as pessoas só podem intervir se estiverem inscritas para essa mesma reunião, e como a pessoa em causa não estava inscrita, não podia falar e como estava constantemente a interromper a reunião, a melhor solução seria ele sair de lá e, ao contrário daquilo que o Presidente da Junta disse, não foi chamada a GNR. Relativamente à limpeza da escola, disse para não se preocupar, que qualquer problema que ocorra no concelho será sempre da sua responsabilidade e que era mentira o facto de pedir à fiscalização para multar as pessoas. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em defesa da democracia, repudiou a linguagem utilizada na presente sessão. Vereador Daniel David Gomes Martins: Usou da palavra, em defesa da honra, para referir que foi prestada uma afirmação por parte do Presidente da Câmara Municipal que não correspondia à verdade, dizendo que a partir do momento em que um cidadão cumpre o prazo de aviso prévio para pedir uma interpelação na reunião de Câmara, tem o direito de falar, é um direito potestativo e não admite contestação. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu que no Regimento das Reuniões da Câmara Municipal diz que os cidadãos que queiram participar numa reunião pública da Câmara Municipal têm que pedir com x dias de antecedência, ficando a aguardar que o Presidente da Câmara os convoque para poderem estar presentes e intervir nessas reuniões. Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Em defesa da honra, referiu que sabe pensar pela própria cabeça, não precisa que lhe digam o que tem ou não que dizer, que está ali a representar a juventude e como tal, e como são poucos os jovens presentes, terá que ser ele a falar. Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Disse não ter sido respondida a questão do saneamento e quanto à estrada de Vila Nova, só foi respondido quando é que vai ser feita. Presidente da Câmara Municipal: Respondendo ao solicitado, disse o seguinte: “O saneamento de São Félix é um problema como o de muitas freguesias, esta freguesia não tem saneamento, Vila Maior não tem saneamento, São Martinho das Moitas não tem saneamento, Valadares não tem saneamento, porque infelizmente o executivo anterior, durante todos os anos que cá



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

andaram, nunca fez uma única candidatura para o saneamento e água. São Félix está no mesmo patamar das outras freguesias que não têm. Quando entrei na Câmara tinha trinta por cento de saneamento, neste momento poderá estar em quarenta e qualquer coisa por cento, ainda há muitas ligações para fazer. É claro que é um trabalho que vai demorar muito tempo, mas também já lhe disse que trate de arranjar o terreno que a Câmara compra-o, o Senhor sabe qual é a zona que nós precisamos, porque como pode calcular sem terreno não há saneamento. Depois, para a Câmara Municipal executar uma obra qualquer, tem que constar no Plano de Atividades e no Orçamento para esse ano e as que estão, são efetuadas quando for possível. A estrada de Vila Nova irá ser executada a curto prazo, mas eu nunca lhe consigo dizer se esse curto prazo vai demorar um, dois ou três meses, depende das conjunturas económicas que tenhamos no momento, mas provavelmente ainda irá ser executadas este ano.” -----

Nesta altura, quando eram 13 horas e 30 minutos, ausentou-se dos trabalhos o Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce Carlos Manuel Duarte Laranjeira. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do Dia:** -----

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

Foi presente a informação referida em epígrafe e não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

3.2 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SÃO PEDRO DO SUL: -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- Marta Susana Alves Palrinhas.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- Mónica Catarina Fernandes de Almeida.

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 21 (vinte e um) votos;

- Lista B – 13 (treze) votos.

Perante a votação, ficou eleito para representante na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul:

- Marta Susana Alves Palrinhas.

3.3 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 53º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL: -----

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu o seguinte: “Existe uma comissão de Revisão do Regimento por algum motivo, porque legalmente é assim que as coisas se fazem: com tempo juntam-se as pessoas, desenvolvem o trabalho, ouvem antecipadamente as suas bancadas e depois apresentam uma proposta conjunta devidamente



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assinada, que não está, porque não houve oportunidade. Quando eu envie esta última proposta já não havia oportunidade de ouvir a bancada e as pessoas tiveram, depois disso, oportunidade de se manifestarem e há pelo menos aqui uma questão que só percebemos isto quando colocámos à consideração de mais pessoas, que é o ponto cinco, que diz “Incumbe ao membro da Assembleia Municipal que se pretende fazer substituir, convocar por qualquer meio o seu substituto o qual, salvo justo impedimento, corresponderá ao cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista”. Ora, eu não faço ideia se o outro membro do meu grupo parlamentar também vai faltar e já pediu essa mesma substituição pela mesma pessoa, quem tem conhecimento, e para isso é que existe um grupo de trabalho que dá apoio à Assembleia Municipal, são os serviços que fazem precisamente as convocatórias, não pode ficar o membro a fazer a substituição, isso não é correto, nem nunca pode funcionar. A verdade é que desde a última Assembleia que eu formalizei, por escrito, à mesa que era necessário reunir para este efeito, por um motivo ou por outro isso não foi possível e as coisas arrastaram-se até à última sexta-feira, em que já não era possível fazer mais nada.” Presidente da Assembleia Municipal: Referiu que, assim sendo, se vai dar mais um período até à próxima sessão para que reúnam e cheguem a um consenso.-----

3.4 – RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO DA TERMALISTUR SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2018:-----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que este ponto merece uma certa reflexão por todos, dizendo que: “isto é uma informação e a nós preocupa-nos e deve preocupar a todos os munícipes e em particular da Assembleia Municipal, porque não basta dizer que aquilo está uma maravilha e o Senhor Presidente da Câmara dizer que aquilo são receitas atrás de receitas, mas depois afinal não é tanto aquilo que se apregoa e, sendo as Termas uma mais-valia para São Pedro do Sul, nós temos de estar muito atentos. Quanto à questão da Termalitur é importante interrogarmo-nos a nós próprios da diminuição da prestação do serviço, da redução dos cinquenta por cento das rendas, que são valores que nos permitem parar e refletir, que são setecentos mil euros e vai-se refletir obviamente nos investimentos das freguesias, das Juntas de Freguesia e do concelho, em prol da Termalitur. Perante estes dados, houve uma estagnação das vendas e gostávamos todos de saber concretamente o que se está a passar, porque no final do ano com certeza que irei questionar quando tivermos dados e valores que nos digam e que nos permitam falar sobre este assunto, porque isto é matéria que é extremamente importante. Obviamente que a Termalitur tem feito coisas interessantes, mas também temos que ver que esse interessante nos pode custar e ser altamente penoso para todo o concelho.” Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Fez a seguinte intervenção: “Efetivamente as Termas são a principal fonte de rendimento do Município e é evidente que esta é uma matéria que deve preocupar-nos a todos, mas não estou tão preocupado assim e basta olhar para a última página, onde a empresa de revisão de contas diz que os indicadores a trinta de junho de 2018 são ligeiramente mais positivos do que os apresentados a trinta de junho de 2017. Portanto, se no ano passado o funcionamento das nossas Termas, a afluência de aquistas e a receita daí resultante nos preocupava, neste momento está a registar-se uma inversão no sentido positivo, o que nos deve deixar de alguma forma esperançados. E termina esse parágrafo dizendo que existem perspetivas que esta situação de liquidez deficitária venha ainda a melhorar e onde é que eles se baseiam? Em informações gráficas e estatísticas: por exemplo na página dez, no número

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de funcionários, em relação a junho deste ano, houve um aumento de vinte e cinco colocações, um dado positivo. Na página oito, o número de consultas tem vindo a aumentar e isto é tanto mais importante, quando enquadrado no contexto nacional, onde houve uma baixa generalizada da frequência termal, quando o Estado retirou as comparticipações dos funcionários públicos nos tratamentos termais, situação essa que vai ser repostada proximamente, por aquilo que se foi sabendo através dos órgãos de comunicação social as comparticipações vão ser uma realidade e isso fará com que muitos potenciais aqúistas que deixaram de frequentar as Termas, passem a frequentar, uma vez que já têm apoio do Estado e deixarão de pagar aquilo que pagam pelos tratamentos. Depois há outro dado que recolhi que é o seguinte: as Termas de São Pedro do Sul não estão assim tão mal, porque até subimos no ranking nacional e a nossa quota de mercado, que no ano passado nos colocava em trinta e quatro por cento da frequência termal nacional de todas as termas, neste momento já vai em trinta e sete, portanto nós continuamos a liderar a frequência termal nacional e subimos a percentagem de aqúistas em relação a todos os nossos concorrentes, desde o Minho ao Algarve.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu o seguinte: “Este ponto merece uma reflexão de todos. Na informação financeira do Município importa dizer que, não obstante a baixa da renda da Termalitur, a dívida da Câmara continua a baixar, estamos já abaixo dos seis milhões de euros e com o valor do investimento a aumentar. Relativamente às Termas, não conseguimos ter aqui uma aferição muito profunda da situação, porque este primeiro semestre não correu como estávamos à espera, pois tivemos hoteleiros que em junho tinham o aquecimento ligado, por exemplo, e para a tipologia de clientes que há nas Termas, termos o Inverno até junho não ajudou. Isto fez com que em agosto e setembro estivessem todos completamente cheios e com dificuldades, quer na hotelaria quer nos próprios balneários, e muitas vezes é difícil arranjar pessoal para trabalhar, porque isto oscila de uma forma que, às vezes, não estão todos preparados. A situação está um bocadinho melhor, o que é preocupante e nos deve preocupar a todos, é que o mercado de termalistas tem estado a baixar, chegou a haver noventa e cinco mil termalistas no país e neste momento há trinta e tal mil, mas nós estamos a aumentar a nossa quota de mercado, há muito menos pessoas a fazer termas no país inteiro, portanto isso é que deve merecer a nossa reflexão e a reflexão de todos e aquilo que eu apelo sempre é que, independentemente das questões políticas, todos nós Sampedrenses, temos o dever de falar e divulgar as Termas pela positiva.”

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que o Vereador Pedro Mouro veio um pouco ao encontro daquilo que é a sua preocupação, as rendas baixaram na ordem dos setecentos mil euros e no pessoal houve um aumento de quase cinquenta mil euros e isso tem repercussões a nível do concelho, dizendo que é uma reflexão que deixa para todos pensarem nisso.-----

3.5 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA, DE ENTRE ELES, PARA INTEGRAR O CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: -----

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Referiu ser entendimento do Partido Social Democrata que esta eleição poderia ter sido feita numa outra sessão, não na Assembleia Municipal, podendo após ter vindo à presente sessão apenas para ratificar, pelo que propõem que esta eleição seja feita apenas com a participação dos Presidentes de Junta, porque são eles que são visados a eleger um representante, de entre eles. Deputado Municipal Manuel



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mouro Pinto (PS): Disse não ser esse o entendimento do Partido Socialista, que tem que ser votado por toda a Assembleia Municipal, à semelhança de eleições anteriores. Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Disse concordar, mas que isso não quer dizer que entretanto essas situações não possam ser repensadas e modificadas. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu que a alínea e) do nº 2 do artigo 9º do Regulamento do Conselho do Orçamento Participativo refere que deve ter um representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia, mas que a forma de o eleger não está contemplada e nada obrigaria a que esta eleição tivesse sido agendada para uma sessão da Assembleia Municipal, podendo ter sido convocados os Presidentes de Junta para essa votação numa outra altura, mas aproveitando a vinda à sessão da Assembleia Municipal para o fazer, propõem que sejam apenas os Presidentes de Junta a fazer esta votação. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Referiu que, se fosse conforme a bancada parlamentar do PSD referiu, todos os Presidentes de Junta eleitos representantes para as várias comissões, teriam sido mal eleitos, dado que foram eleitos pela Assembleia Municipal. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Retorquiu que, relativamente à Comissão Municipal de Defesa da Floresta e à Comissão Municipal de Proteção Civil, existe um artigo que solicita que seja eleito pela Assembleia Municipal, o que não é o caso, e que por isso é que existe esta dúvida de interpretação, pelo que solicitou à mesa para tomar essa decisão. Presidente da Câmara Municipal: Perguntou se alguma vez numa Assembleia Municipal houve pessoas que votaram e outras que não votaram, dizendo que a Assembleia Municipal era um órgão colegial, pelo que toda a gente tinha que votar, e que se o Regimento estava mal feito tinham que votar contra o Regimento. Presidente da Assembleia Municipal: Usou da palavra, referindo que ia invocar a competência da mesa que diz “Admitir as propostas da Câmara Municipal obrigatoriamente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal verificando a sua conformidade com a lei”, pelo que o presente ponto seria votado por todos. -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal.

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 21 (vinte e um) votos;
- Lista B – 13 (treze) votos.

Perante a votação, ficou eleito para representante no Conselho do Orçamento Participativo:

- Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes.

3.6 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – NOMEACÃO DE COORDENADOR DA EQUIPA TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR”: -----

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Fez a seguinte intervenção: “No seguimento da posição assumida anteriormente, independentemente da votação aqui



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realizada, gostávamos que futuramente fosse tido em conta o debate que fizemos, porque continuamos a entender que os Presidentes de Junta não têm de ser eleitos numa sessão da Assembleia Municipal. Aqui é precisamente a situação oposta, pela leitura do Regulamento é entendimento do PSD que compete à Assembleia Municipal definir em sessão de Assembleia quem é que vai ser o coordenador, portanto não entende o PSD que seja necessário haver, neste caso específico, uma proposta concreta do executivo, portanto a bancada do PSD na Assembleia alinha com a posição já anteriormente assumida pelos seus vereadores na reunião do executivo.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 (vinte e um) votos a favor**, dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **13 (treze) votos contra**, dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Vasco Manuel Simões Reis (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título, assim nomeando como coordenadora da Equipa Técnica Multidisciplinar do Orçamento Participativo a Vereadora Sr.^a Vereadora Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TAXAS (RMUEFT) - APROVAÇÃO DEFINITIVA APÓS INQUÉRITO PÚBLICO”:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este assunto, referiu o seguinte: “É uma proposta que foi acolhida e que tem a ver com o facto de, até cinco mil metros quadrados, não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haver lugar para a indústria ou para armazém. Isto é uma forma de baixarmos as taxas ou as compensações para quem faz estas construções até cinco mil metros quadrados e que é equiparado a loteamento, não ter que pagar compensações à Câmara pela não cedência de espaço público. Isto é mais para aviários, estufas, para que não tenham que pagar taxas tão elevadas e a proposta, que veio de uma munícipe, foi acolhida no período de inquérito público.”

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse que uma das críticas que ouve muitas vezes das populações é o facto das taxas serem muito elevadas, mesmo para a construção de uma habitação ou outro qualquer edifício, referindo o seguinte: “Nós não estando agora vinculados ao PAEL, o programa que nos obrigava a ter as taxas nestes níveis, podemos fazer uma reapreciação destas taxas e sermos mais chamativos para o Concelho de São Pedro do Sul. Eu conheço situações específicas de jovens da minha geração que optaram por fazer construções noutra concelho não só pelo valor, como pelas facilidades em termos de apoio na instrução de processo. Era importante ponderar sobre isso, porque nós precisamos de fixar pessoas no território e temos de ir ao encontro das suas necessidades e não ao contrário.”

Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu o seguinte: “Efetivamente é verdade que há determinadas taxas que são ligeiramente elevadas, mas também é verdade que com este executivo já baixámos muitas delas em mais de cinquenta por cento e poderemos continuar a baixar mais, é uma questão de podermos ver para o futuro. No que diz respeito a outras propostas, estive em consulta pública, as pessoas podiam ter reclamado, podiam ter apresentado propostas, não o fizeram. Sobre as pessoas terem saído do concelho por causa de facilidades na instrução do processo, há leis e as leis são para serem cumpridas, aqui não pode haver facilidades, agora há uma verdade que é indiscutível, que é o facto de muitas pessoas quererem construir aviários e o PDM não o permitir, principalmente por causa das distâncias de cinquenta metros e isso complica muito a vida às pessoas, mas é uma questão que não podemos ultrapassar, pode-se facilitar se for de acordo com a lei ou se tivermos dentro da lei, nunca contra a lei.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO PEDRO DO SUL”: -----

Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Sobre este assunto, fez a seguinte intervenção: “Eu tive uma reunião com o Sr. Ministro da Educação, então Nuno Crato, conjuntamente com o Dr. António Carlos Figueiredo e com o Dr. José Manuel, o então Diretor do Agrupamento de Escolas, e foi-nos dito: “Fiquem descansados que a intervenção da Escola Secundária de São Pedro do Sul será uma das prioridades das políticas educativas deste governo.” Esperámos, esperámos, até hoje. De seguida, a pensar que ia ganhar as eleições, tive uma nova reunião no gabinete e foi-nos prometido que iria ser priorizada a intervenção na Escola Secundária. Passou-se o tempo, foram-se as vontades, mas entretanto há um sinal do então governo liderado pelo Sr. Passos Coelho, já o executivo atual estava em funções no exercício do primeiro mandato, e foram acenados um milhão e tal euros. O Sr. Presidente da Câmara teve uma posição, penso que rejeitou porque achava que era insignificante esse

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

montante para as necessidades físicas, para recuperação daquele espaço, mas há aí uma particularidade que me deixa um bocadinho incomodado, que é a seguinte: nesse montante de um milhão e tal euros, a componente nacional, os tais 15%, eram suportados pelo poder central e eu agora pergunto ao Sr. Presidente da Câmara porque é que, passado algum tempo e sendo os valores mais ou menos os mesmos, vai avançar com uma solução, vai onerar a decisão, vai onerar o erário público, o dinheiro que é de todos nós, em cerca de 85 mil euros, que a Câmara Municipal de São Pedro do Sul vai esbanjar e que davam para resolver muitos dos problemas que há pouco foram aqui falados. Quando o Senhor era Presidente da Junta de São Pedro do Sul, andou a afixar, em locais públicos, o seguinte: “Junta de Freguesia de São Pedro do Sul, artigo 66º Lei nº 169/99 de 18 de setembro - a Câmara não delegou competências na Junta, pelo que a responsabilidade na limpeza de ruas e caminhos é da Câmara, qualquer reclamação sobre limpeza das unidades deve ser dirigida à Câmara”, portanto, esses 85 mil euros davam para resolver estes problemas. Eu quero que o Senhor Presidente da Câmara me responda o que é que o levou a não aceitar a proposta do executivo anterior, onde tinha poupado 85 mil euros e que o levou agora a adotar esta solução. Aqui há dias, na comunicação social, veio uma polémica à tona que tem a ver com a transferência de competências, cuidado com isso, porque é um presente envenenado, porque vêm as competências e o envelope financeiro fica esquecido, portanto, estejam atentos para bem de todos. Tanto quanto sei, a titularidade daquele equipamento não é da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Educação e se o equipamento, à data de hoje, é pertença do Ministério da Educação, a Câmara Municipal tem muito onde gastar o dinheiro. Eu não sou contra a obra, eu sou um acérrimo defensor da obra, eu sou é contra o processo, que está inquinado desde o início, portanto, amanhã não vão para o Facebook dizer que a bancada do PSD, nomeadamente o deputado Rogério Duarte, é contra a obra. Agora falta-me saber se este dinheiro, que vai ser investido pelos fundos comunitários, está integrado no plafond ao qual a Câmara tem direito a nível da CIM, é que se está integrado no plafond que a Câmara tem disponível para investir no seu concelho, cuidado com isso, estamos a falar de um milhão de euros, que não é muito mas é alguma coisa e dá para fazer meia dúzia de coisas. Se vem de um programa especial, tudo bem, mas se vem do bolo da CIM aí já sou contra. Vai ser intervencionado o Pavilhão B, muito bem, se sobrar algum dinheiro vai ser gasto no Pavilhão Desportivo e para a substituição das placas de fibrocimento que estão a servir de telhado. Isto é uma situação paliativa, mas eu lanço aqui um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, é que este ano, sim senhor, recupere o Pavilhão B, para o ano recupere o Pavilhão A, porque não vamos agora acreditar aqui, porque estas questões dos políticos a nível central são complexas, tal como eu vos disse, todos prometem, depois chega a hora da verdade, zero, nada, isto é complicado, nós corremos o risco daquela escola ser perpetuada no estado de degradação em que está e eu deixava esse alerta ao executivo camarário. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta disse o seguinte: “O senhor teve 16 milhões de euros para recuperar aquela escola. Na altura do Parque Escolar foi-lhe apresentado um projeto para recuperação de todo o liceu no valor de 16 milhões de euros, mas houve outras escolas, nomeadamente a escola de Oliveira de Frades, que passaram à frente, porque as pessoas de São Pedro do Sul não tiveram a habilidade de avançar com essa obra, não se entenderam. E não é verdade o que o Senhor Deputado diz, a verdade é que desde o início havia participações de 85% e nós não quisemos, da mesma forma que outros também não quiseram. Viseu, que andou à frente, pagou 15%, ainda hoje não recebeu o dinheiro e anda à volta do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado para ver



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se consegue receber os outros 7,5%, porque agora o que está em causa são apenas 7,5%. O que interessa ao executivo do Partido Socialista é que as nossas crianças tenham melhores condições de acesso ao ensino, como as grandes escolas das grandes cidades. O que nós conseguimos foi aquilo que muitos não conseguiram a nível nacional, porque só foi contemplada uma dúzia de escolas. Se me disser que isto já podia ter sido resolvido há um ano e tal, provavelmente sim, mas todas as decisões que nós tomámos foi sempre de acordo com a Direção da Escola, nunca fizemos nada contra a Direção da Escola, porque o Prof. José Manuel entendia que se nós aceitássemos esse 1,1 milhão de euros, provavelmente não teríamos possibilidade de ir buscar mais dinheiro e dizia, se calhar bem, que para as obras eram necessários 4 milhões, portanto nós teríamos que fazer tudo por tudo para tentar os 4 milhões, tanto é que trouxemos a Sra. Secretária de Estado a São Pedro do Sul no sentido de a sensibilizar e ver se realmente dava os 4 milhões para fazer as obras, ou então que nos comesse a pagar uma renda da antiga Escola Preparatória, para, com esse dinheiro, podermos fazer as obras na Escola Secundária. O tempo foi passando, nós chegámos ao ponto de ir contra um governo do Partido Socialista, de metermos uma ação em tribunal contra o Ministério da Educação para sermos ressarcidos de rendas, por estarem a ocupar a Escola Preparatória, só que as coisas andam para lá, não sabemos muito bem como é que as coisas estão. Agora conseguimos 1,1 milhão de euros, ainda antes da passagem das escolas para a Câmara Municipal, e só iremos pagar 7,5%. Foi precisamente o mesmo tipo de negócio no Balneário Romano, oitenta e cinco por cento de fundos comunitários, sete e meio por cento de fundos do Estado e sete e meio por cento de fundos da Câmara Municipal. Onde é que o Senhor andou até agora que nunca se apercebeu disso, anda satisfeito por se fazerem as obras no Balneário Romano e só se lembra agora da escola. Se tivesse visto a comunicação social de ontem, saberia que a Câmara Municipal não aceitou, para já, as delegações de competências. Nós sabemos que a partir do dia 01 de janeiro de 2021 teremos obrigatoriamente de as receber, mas para já não, porque as escolas estão a precisar de obras, o Centro de Saúde está a precisar de obras e nós queremos ter um pacote financeiro que nos possa acudir e que possa ajudar a pagar essas obras. A escola não tem obras há trinta e seis anos, é claro que está decadente. O Senhor teve dezasseis milhões de euros para fazer uma escola nova, deixou passar o tempo e não aproveitou um único euro para poder recuperar essa mesma escola e agora nós conseguimos 1,1 milhão de euros.” Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Retorquiu dizendo o seguinte: “O Senhor disse aqui inverdades. Tenho aqui um documento que é a lista das escolas que estavam para ser intervencionadas a nível nacional, primeira, segunda e terceira fase, em que diz aqui na terceira fase “Escola Secundária de São Pedro do Sul e Escola Básica de São Pedro do Sul para serem intervencionadas”, está publicado em Diário da República, II Série nº 159, de 18 de Agosto de 2009, está aqui, ao contrário daquilo que o Senhor disse. E porque é que a escola de São Pedro do Sul não foi intervencionada? Porque entretanto começou a polémica toda, a máfia que andava no Parque Escolar foi descoberta e algumas escolas ficaram em situações extremamente complicadas. Também em Diário da República, refere o nº 1 do artigo 47º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 07 de agosto, a lista de Imóveis do Domínio Privado do Estado Português, ou seja, passou para a Direção Geral do Património, o que é que aqui está? “Prédio destinado a escola Rua São Vicente de Paula, São Pedro do Sul, autorizo a edificar o Centro Escolar no logradouro que era destinado à construção do Pavilhão AB1” e a Ministra da Educação do mesmo governo andou a tirar do PIDDAC as verbas que estavam destinadas para a edificação dos pavilhões (a nossa escola

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também estava incluída) sabem para quê? Para andarem a comprar os computadores. Portanto, Sr. Presidente, pare com a demagogia e diga a verdade.” Presidente da Câmara Municipal: Disse não retirar nada àquilo que disse, reafirmando que: “O Senhor teve dezasseis milhões de euros para fazer a escola, Oliveira de Frades na mesma altura também teve esse dinheiro para fazer a escola, Oliveira de Frades fez, o Senhor que era o Vereador que estava com esse pelouro não fez e nós agora vamos tentar recuperar esse tempo perdido. Se me disser que aquilo da Parque Escolar foi uma grande fantochada, eu concordo, mas não é isso que está em causa, o que está agora em causa é conseguirmos um vírgula um milhão de euros para fazer a escola, com 92,5%, 85% de fundos comunitários, 7,5% do Estado e 7,5% da Câmara e, acima de tudo, o que nos interessa é melhores condições para os nossos estudantes e para a nossa comunidade educativa.”

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Usou da palavra para esclarecer o seguinte: “Uma vez que eu acompanhei isto na CIM, a verdade é que nunca foi proposto à Câmara Municipal a obra sem a nossa participação, antes pelo contrário, foi-nos proposto pagar 15% e nós não aceitámos (Viseu aceitou, penso que Vouzela também aceitou). Saiu agora uma nova lista de vários municípios onde está São Pedro do Sul, essa lista é pública e com essa lista todos pagam 7,5% e Viseu, e bem, manifestou-se a dizer que já tinham pago 15%, e agora quer receber 7,5%. Portanto aquela conversa dos 85 mil euros é ao contrário, nós poupámos 85 mil euros, se tivéssemos aceitado há um tempo atrás, é certo que ganhávamos um ano ou dois, mas poupámos 85 mil euros porque foi-nos proposto 15%. Mais, a Câmara de Castro Daire está a reivindicar a mesma solução, porque foi contemplada com zero e diz que a Escola de Castro Daire, que eu não conheço, está em condições iguais ou piores que a de São Pedro do Sul.” Presidente da Câmara Municipal: Alertou que os membros do PSD podem fazer aquilo que bem entenderem, mas que se por qualquer motivo votarem contra este documento, isso iria significar que a Escola Secundária não iria ter obras, que iriam deitar fora 1,1 milhão de euros e que ele próprio iria tirar dividendos políticos disso. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.----

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Em nome do Grupo Parlamentar do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “O Partido Social Democrata sempre foi a favor da Requalificação da Escola Secundária, sempre reconheceu que esta requalificação era estruturante aqui no Concelho, sempre entendeu também e defendeu que deveria haver um olhar atento à situação de degradação em que a escola se encontrava e sempre lutou para que essa requalificação fosse uma realidade e os nossos alunos, os professores, os funcionários, todos os membros da comunidade escolar que ali trabalham possam ter as melhores condições, porque, de facto, a situação está muito degradada. Posto isto, não pode o Partido Social Democrata, apesar de ter votado a favor e pelos motivos atrás expostos, concordar com a metodologia seguida pela Câmara, porque entende o Partido Social Democrata que houve uma oportunidade perdida, em devido tempo, e que se tivesse havido uma outra tomada de posição, hoje os nossos alunos já poderiam ter melhores condições do que aquelas que têm hoje. Portanto, a nossa posição é relativamente ao processo e não, que fique bem claro, contra a questão da requalificação que sempre defendemos e entendemos como uma necessidade.” -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “2ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2018”: -----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este ponto esclareceu o seguinte: “Esta revisão é, acima de tudo, causada por dois ou três projetos que foram aprovados recentemente que não estavam previstos: a Escola Secundária, a represa das Termas, um projeto da CIM sobre Sucesso Escolar e um pequeno da APA de 50 mil euros, e que tivemos que os acomodar nesta revisão para começar a iniciar as obras. Para isso tivemos que tirar outros que estavam no Plano e que não vão ser executados este ano, por exemplo os relvados de campos de futebol que estavam previstos e que as candidaturas ainda não vieram aprovadas, e aproveitámos também para limpar algumas dotações, como por exemplo o Parque da Cidade que veio abaixo do valor base e mesmo assim deu aqui um diferencial de seiscentos e tal mil euros abaixo, o que baixa o orçamento.” Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.10 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “LINHA BEI AUTARQUIAS - PORTUGAL 2020 – PROPOSTA DE PEDIDO DE FINANCIAMENTO PARA A OPERAÇÃO «PARQUE URBANO DO NOGUEIRAL»”: -----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Esclareceu que, relativamente a este e ao próximo ponto, era uma medida específica para projetos que tenham um financiamento comunitário, que obras com financiamento comunitário podem ir à linha BEI com uma taxa de juro muito mais vantajosa. Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Referiu o seguinte: “Tinha-me chegado aos ouvidos que isto era semelhante ao PAEL. O atual executivo camarário fez tanta demagogia à volta do PAEL, que eu só aconselho uma coisa: tenham cuidado porque senão o feitiço pode-se virar contra o feiticeiro, depois vamos ter que ser nós a dizer que andaram a fazer empréstimos. Nós também contraímos alguns empréstimos para concretização de obras comunitárias, o Centro Escolar fomos nós que o fizemos e fomos nós que o pagamos, os autos de medição têm que ser pagos e só depois é que a Câmara é ressarcida do dinheiro que investiu.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que quando se fazem determinadas afirmações, têm que vir com elas fundamentadas, e estes dois assuntos até foram votados por unanimidade nas Reuniões de Câmara sem que houvesse qualquer discussão, e que sequer podia comparar isto ao PAEL, porque não tem nada a ver. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “LINHA BEI AUTARQUIAS - PORTUGAL 2020 – PROPOSTA DE PEDIDO DE FINANCIAMENTO PARA A OPERAÇÃO «PARQUE EMPRESARIAL DE S. PEDRO DO SUL»”: -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.12 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”:-----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.13 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2019”:-----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.14 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PROPOSTA DE PERMUTA / DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE TERRENO NAS TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL”:-----

Presidente da Câmara Municipal: Sobre este assunto fez o seguinte esclarecimento: “Há uns anos atrás, os herdeiros de Marcelino Cardoso Matos, tinham cedido espaço entre o Bon D’Jau e o Hotel Lisboa e isso foi confirmado pelos nossos serviços. Mais recentemente, os mesmos herdeiros deram um outro espaço em frente ao Hotel Lisboa sem que nunca se tivesse feito uma escritura ou documento qualquer que tornasse público. Entretanto as mesmas pessoas querem fazer um túnel por baixo da estrada, que irá ligar o Hotel ao espaço onde eles antigamente tinham as bombas de gasolina, só que por essa passagem eles teriam que efetuar um pagamento anual de direitos de passagem. Eles solicitaram e nós concordámos com isso que se faria um acordo escrito em que o terreno que já tinham dado e que nunca tinha sido escriturado, seria feita uma permuta administrativa com o direito de passagem por baixo da estrada, sendo que todos os investimentos que sejam feitos nessa mesma estrada serão sempre por conta dos interessados.” Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **33 (trinta e três) votos a favor**, dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), António José Correia Ferreira Alves, em substituição de Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues, em substituição de Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Vasco Manuel Simões Reis, em substituição de Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Vogal da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS) e **1 (uma) abstenção**, do Deputado Municipal David Homem Andrade Marques da Costa (PS), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.15 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018”:

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Relativamente a esta proposta referiu o seguinte: “Este lugar tinha sido colocado na primeira alteração, na segunda tinha saído porque achávamos que não seria preciso, e agora houve necessidade de o repor. Não é um lugar novo, ou seja, não é uma pessoa nova a entrar, é uma mobilidade e para ela ser consolidada é preciso que este lugar esteja criado. Portanto, a mobilidade tem de ser consolidada até ao final do ano porque senão não fazia a alteração e no mapa do próximo ano colocava. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu que, quando este executivo entrou para a Câmara Municipal, uma das maiores críticas que fizeram foi o excesso de funcionários e que, efetivamente, se tem feito um esforço no sentido de se agilizar e encaixar da melhor forma os técnicos e os serviços que a Câmara tem, perguntando se esses lugares que se estão a criar vão fazer diferença no normal funcionamento do município. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Por acaso é engraçado, podem não acreditar mas recebi durante esta manhã dois SMS, de duas reformas de dois funcionários, portanto de manhã até agora já temos menos dois funcionários, mas é verdade, por acaso um não é reforma, um é uma situação delicada, até é uma situação de invalidez permanente, não sei se é assim que se diz, mas de manhã para agora temos menos dois funcionários, nós começámos com quatrocentos e vinte e nove e neste momento temos à volta de trezentos e setenta e três, a Engenheira Mónica falou no plural, hoje estamos aqui a falar de uma única situação e eu tive o cuidado de vos dizer que, há as questões da mobilidade e do orçamento de estado, penso que 2017 permitiu as mobilidades por tempo determinado, digamos assim, por dezoito meses, e algumas situações, e este caso é uma situação de uma pessoa que efetivamente está a fazer o trabalho como Assistente Administrativo, está numa mobilidade que para consolidar tem que ter esse lugar criado, não é para vir uma outra pessoa para trabalhar, mas é para resolver uma situação interna. Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **33 (trinta e três)**



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votos a favor, dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), António José Correia Ferreira Alves, em substituição de Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues, em substituição de Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Vasco Manuel Simões Reis, em substituição de Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Vogal da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS) e **1 (um) voto contra**, do Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.16 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “CANDIDATURA ADRIMAG AO PROJETO «RENOVAÇÃO DAS ALDEIAS – REQUALIFICAÇÃO DAS ALDEIAS DE COVAS DO MONTE E PENA - DECLARAÇÃO DE INTERESSE COLETIVO, COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA»”:-----

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Disse o seguinte: “Está a ser recuperada pela Associação Turística e Agrícola da Serra da Arada, em conjunto com a Junta de Freguesia, a Aldeia da Arada, um projeto que foi aprovado por um programa valorizar a recuperação do Turismo de Portugal e se o Turismo de Portugal realmente achou o projeto interessante, é porque é um projeto que contempla experiências, além do alojamento turístico, num contexto espetacular, com uma vista *sui generis* de uma aldeia de montanha. É óbvio que vou votar a favor, mas que noutra fase fosse contemplada a aldeia da Arada até porque a Câmara também tem todo o interesse em estar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no projeto.” Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 15 horas, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,